

MEMÓRIAS

DO

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE

VOL. 2

1960

LOURENÇO MARQUES

MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE

Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique destinam-se à publicação de trabalhos volumosos sobre qualquer ramo científico. A sua publicação não tem periodicidade. Cada volume corresponde a um trabalho ou a um grupo de trabalhos referentes ao mesmo assunto.

Os manuscritos devem ser dirigidos ao Editor, que os poderá aceitar sem alterações ou propor modificações, sem as quais o trabalho não poderá ser incluído nas **Memórias**.

Os originais podem ser redigidos em português, francês, inglês ou alemão, e devem ser acompanhados de um sumário redigido em língua diferente da do texto.

Aos Autores é fornecida uma prova tipográfica, que deve ser devolvida acompanhada da indicação do número de separatas desejadas, além das cinquenta oferecidas pelo Editor.

* * *

MEMOIRES DE L'INSTITUT DE RECHERCHE SCIENTIFIQUE DU MOZAMBIQUE

sont destinés à la publication de travaux volumineux de toutes branches scientifiques. Sa publication n'est pas périodique. Chaque volume correspond à un travail ou à un groupe de travaux concernant le même sujet.

Les manuscrits sont adressés à l'Editeur, qui pourra les accepter tels quels, ou proposer des changements, sans lesquels le travail ne pourra pas être publié dans les **Mémoires**.

Les originaux peuvent être rédigés en langue portugaise, française, anglaise ou allemande et doivent être accompagnés d'un résumé rédigé dans une langue différente de celle du texte original.

Les Auteurs recevront une épreuve typographique qui doit être retournée avec indication du nombre de tirés-à-part désirés en dehors des cinquante offerts par l'Editeur.

* * *

MEMOIRS OF THE MOZAMBIQUE INSTITUTE FOR SCIENTIFIC RESEARCH

is a Journal publishing original contributions to all branches of Science. It is not published in a regular succession. Each volume is devoted to one subject, or to a group of works concerning the same matter.

The manuscripts should be addressed to the Editor, who can either accept them or suggest alterations, without which the work cannot be included in the **Memórias**.

The originals may be written in Portuguese, French, English or German and have to be accompanied by a summary in a language different from that of the text.

The proofs will be sent to the Author, who should return them as soon as possible, stating the number of reprints he requires, over and above the fifty copies offered to him by the Editor.

MEMÓRIAS

DO

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE

VOL. 2

1960

ÍNDICE

	Pág.
Tradição gnómica em Homóine, por A. RITA-FERREIRA	1-116

Abreviatura para citações bibliográficas: **Mem. Inst. Invest. cient. Moç.**

REDACTOR

E

EDITOR

PROF. J. PINTO-LOPES

Instituto de Investigação Científica de Moçambique

C. P. 1780

Lourenço Marques

ÍNDICE

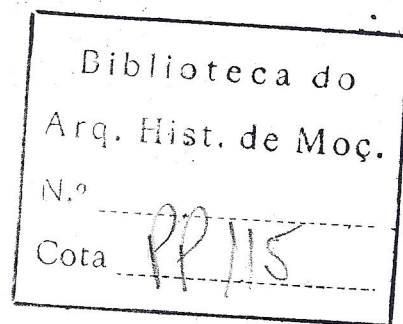
	Pág.
I — INTRODUÇÃO	1
II — AFORISMOS	9
Virtudes e defeitos	9
Humanidade	9
Sabedoria e estultícia	17
Modéstia, reserva, discrição	29
A) Intriga, calúnia	37
Trabalho honrado, perseverança	40
Temperança, frugalidade	45
Honestidade e desonestidade	47
Audácia e pusilanimidade	49
Lei, Estado, Poder	51
Crenças mágicas-religiosas	54
Resolução de litígios	60
Europeus	65
Relações entre os membros da família	67
Relações entre sexos	76
Fortuna e infortúnio	80
Morte e doenças	84
Boas maneiras	88
Viagens e hospitalidade	92
Aparência física	94
Juízos sobre grupos étnicos e clãs	96
III — DIVERSAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS	98
IV — ALGUNS ENIGMAS E ADIVINHAS	104
BIBLIOGRAFIA CITADA	113

TRADIÇÃO GNÓMICA EM HOMOÍNE

por

A. Rita-Ferreira

(Rec.: 20-6-1958)



I — INTRODUÇÃO

Tem-se afirmado, e com razão, que só em tempos recentes se começou a penetrar a beleza do pensamento negro. Adeptos dum novo humanismo, irmanados num ideal que lhes é caro — o de espalhar a simpatia e a compreensão com base em conhecimentos sólidos —, inúmeros estudantes se vêm debruçando sobre o mundo e o homem negro. Para isso, na bela imagem de Theodore Munod, tiveram que arrancar da face a máscara do orgulho que tem inclinado tantos a julgarem a sua própria civilização como a única boa e a única possível. Estudaram, infatigavelmente, as inúmeras facetas da vida africana e os resultados que obtiveram permitiram confirmar um grande princípio — o princípio da *unidade psíquica da humanidade*. E um dos aspectos das culturas ditas «primitivas» que maior contribuição deu para a enunciação deste princípio foi, sem dúvida, a tradição oral sob a forma de lendas, contos, aforismos, enigmas, etc. Aí, de modo directo e insofismável, transparece a imaginação, a sensibilidade, a sabedoria de civilizações de reduzido equipamento técnico, é certo, mas dotadas de profunda experiência humana e que souberam condensar a sua actividade intelectual na língua.

No caso particular do continente africano, os aforismos, sobretudo, revelaram-se como uma das fontes mais fascinantes para a enumeração dos valores e para a compreensão da psicologia do homem negro, e demonstraram a sua notável aptidão para traduzir, de modo efectivo e pitoresco, ideias abstractas. Esses aforismos, além de constituírem, como desenvolvemos mais adiante, um poderoso instrumento social e legal, transmitem, por meios didácticos fáceis de memorizar necessários em comunidades iletradas, uma sabedoria prática e concisa, uma filosofia da vida, intenções morais e códigos de maneiras. A discrição, a polidez, a caridade, a justiça e o trabalho são exaltados. São sobremodo notáveis a sagacidade e a pertinência reveladas na análise dos caracteres humanos, quantas vezes sublinhada por comparações com o mundo vegetal e animal. Fornecem ao indivíduo desculpas polivalentes para as atitudes que toma em face dos problemas da existência; esta característica elasticidade é, consequente-

mente, susceptível de reforçar os sentimentos de justificação de si próprio perante a sociedade e a consciência. Fazem, além do mais, prova de certo dinamismo e de adaptação às novas conjunturas culturais, como demonstram aqueles que aludem aos europeus, respectivo equipamento técnico e crenças religiosas propagadas pelas agências missionárias.

Também para os espíritos inclinados à meditação filosófica esta colectânea pode revestir certo interesse, por isso que alguns dos aforismos confirmam, tanto quanto podemos ver, certas das teses expostas pelo P.^o TEMPELS na sua conhecida *Filosofia Banto* (12). Haja em vista, por exemplo, este aforismo: «*A mapimo ya munhu a ma alakanyelewi*» (Os pensamentos da pessoa não são conhecidos). A impenetrabilidade do indivíduo por parte do seu semelhante é, segundo aquele autor, uma das consequências da noção fundamental de «força vital», peculiar ao pensamento banto. Este distingue o homem propriamente dito das suas manifestações sensíveis: o corpo, o sopro, a sombra. Mas o conhecimento directo da força viva que é o homem em si, a ninguém é concedido. Esta concepção de «*munhu*», que podemos traduzir por pessoa humana de qualquer sexo, é muito importante, segundo o P.^o TEMPELS, para a compreensão da filosofia do Banto, por isso que inclui uma noção de eminência ou de excelência do ser, e designa a força viva, pessoal, suprema, a mais potente entre os seres da criação, só possível de definir pelas suas qualidades dinâmicas de harmonia com os princípios da filosofia das forças vitais. Notem-se também as expressões, à primeira vista excessivas e incompreensíveis, em que os vocábulos «morte» e «morrer» são empregados quando se pretende fazer referência à fome e à fadiga, ou simplesmente a sofrimentos, contrariedades e doenças. No espírito do indígena exprimem apenas uma diminuição da «força vital», suprema na pessoa humana, e só nesse contexto tais expressões adquirem sentido.

Os princípios bantos reguladores da formação aforística não diferem dos da restante humanidade. Pode encontrar-se aí o mesmo manancial de metáforas, comparações e hipérboles, a mesma maleabilidade de imagem. São sempre concisos, sem desperdício de palavras, as proposições opondo-se entre si em abruptos contrastes, com alteração ou cerceio das formas gramaticais correntes. O carácter é, não raro, humorístico: pretende-se instruir e corrigir por meio de facécias aplicadas aos que desafiam a ética e a ordem estabelecida. Há coexistência de recomendações e há juízos contrastantes. Alguns revelam elevados ideais, mas não há dúvida de que a maioria tem a sua origem na dura escola da experiência.

Ligada ao interesse filológico, literário, mnemotécnico, psicológico, metafísico e sociológico que apresentam, está, naturalmente, a difícil questão da sua classificação, sempre mais ou menos arbitrária. Não foi senão depois de numerosas tentativas e hesitações, e de consultarmos colectâneas semelhantes, que optámos pela classificação que, de modo global, se pode ver no índice. É, mesmo assim, óbvio que muitos dos aforismos podiam ter sido colocados em capítulos diferentes.

Como muitos deles, traduzidos para o português e separados do seu contexto cultural, perdem parte da sua expressão e chegam a parecer frustes e incompreensíveis, tornaram-se imprescindíveis as notas explicativas.

Estamos certos de que a colectânea, útil a todos os que anelam conhecer algo sobre o negro e a quem repugna a aniquilação sistemática do espírito e dos valores bantos, não deixará de fornecer um quadro vivo da vida e da mentalidade dos indígenas da nossa circunscrição de Homoíne.

* * *

Sabido é que toda a sociedade humana tende simultâneamente para a unificação (sob o impulso da força centrípeta dos interesses comuns dos seus membros) e para a dissociação (instigada pela força centrífuga dos interesses individuais e sectários).

Uma das tarefas do estudante das sociedades humanas consiste em descrever o modo como a primeira daquelas tendências sobrepuja a segunda, o modo como o comportamento individual é conduzido ao longo de certos caminhos, o modo, enfim, como é regulada a conduta do homem vivendo em sociedade. Na realidade, o homem, ao contrário dos outros animais, tem uma escolha praticamente ilimitada entre os diferentes comportamentos que podem tomar-se em face de determinada situação, e baseia essa escolha largamente em razões sociais. É guiado pela opinião dos seus concidadãos e pelas noções próprias da cultura em que foi condicionado, relativamente ao que deve ou não deve fazer-se, isto é, por *valores*.

É desse modo que em todas as sociedades, primitivas ou não, a ordem social consegue preservar-se. Mas também entre os primitivos — ao contrário do que ROUSSEAU parecia julgar ao idealizar o «bom selvagem» — se não encontra conformidade passiva em relação ao «bem da comunidade», porquanto a ordem social não é, entre eles, mantida por um processo inconsciente, mas é, antes, um conjunto de regras formando um sistema não codificado, regras que não são em quantidade diminuta nem têm carácter

simples¹, como o têm demonstrado antropólogos da categoria de SCHAPERA, GUTMANN, MALINOWSKI, THURNWALD, GLUCKMAN, HOLLEMAN e outros. Alguns destes, de formação predominantemente jurídica, têm levantado a questão de saber se o direito primitivo distingue entre normas de conduta e normas de direito. As opiniões divergem largamente mas, como é óbvio, não é esta simples introdução a uma colectânea de aforismos o lugar próprio para o seu comentário. O que nos parece conveniente deixar aqui frisado é que, na maioria das sociedades primitivas, existe uma afinidade estreita entre todas as regras que regulam a conduta individual. A necessidade de traçar distinções bem nítidas entre regras de direito e outras regras de conduta é apenas um derivado do pensamento analítico ocidental e da tendência, que lhe é própria, para demarcar, classificar e circunscrever — tendência de resto exacerbada por diversas circunstâncias, como seja a de a administração da justiça competir, em grande parte, aos colonizadores.

Em outras palavras, este e outros problemas de sistemática são desconhecidos pelo primitivo que vive na sua pequena comunidade orgânica. A maioria dessas normas de conduta inerentes ao sistema social são aceites intuitivamente pela comunidade e pelos seus membros, foram herdadas por meio da tradição oral, e, ensinadas como são desde a mais tenra infância, condicionam o indivíduo a adoptar determinados comportamentos.

Como funcionam, no seio da sociedade primitiva, essas normas de conduta de que vimos falando? Reconhece-se geralmente que, embora essas regras, não incorporadas em códigos formais, pressuponham a existência de penalidades ligadas à sua não observância, não são obedecidas por mero temor à penalidade. Há um elevado número de pressões que forçam o primitivo ao conformismo. E o antropólogo social, interpretando-as, como as interpreta, num sentido mais lato do que o faz o jurista, tem por obrigação considerar no mesmo nível as forças activas da opinião pública, do sistema de condicionamento da juventude, das regras da reciprocidade, da restituição e da retaliação e, enfim, as pressões psicológicas baseadas nas crenças no sobrenatural.

No presente estudo, devemos frisar, interessa-nos somente a pressão da opinião pública cristalizada em forma de aforismos, aforismos a que é

¹ É erróneo estabelecer comparações e afirmar que uns se encontram em nível mais «elevado» do que outros, pelo facto de os códigos indígenas de comportamento social serem diferentes entre si. Cada um deles é adaptado a especiais condições sociais e deve ser julgado de harmonia com a sua eficiência na manutenção de ordem social.

dada maior peso que às opiniões momentâneas e puramente individuais, e que, de modo inconfundível, exprimem as inclinações e repúdios — os valores — da cultura a examinar.

A pressão da opinião pública constitui, na verdade, um dos factores mais importantes na criação e desenvolvimento de sanções, quer de efeitos positivos, quer negativos, que forçam o indivíduo ao conformismo. Note-se como ela é poderosa sobretudo nas comunidades humanas, isoladas e de reduzido tamanho, onde todos se conhecem e onde a reserva é praticamente impossível. A aquisição de boa reputação não só satisfaz as solicitações da vaidade e aumenta o respeito do indivíduo por si próprio, como é susceptível de fornecer certas vantagens económicas. Por outro lado, o receio da condenação, da perda de estima social ou do ridículo público, constitui um factor igualmente enérgico e, em tal campo, do mesmo modo que em relação às sanções positivas, os efeitos são tanto sociais como materiais, podendo, não raro, conduzir ao exílio ou ao suicídio.

Esta relação entre os valores morais e o conformismo social é expressa em termos linguísticos. Em todas as sociedades encontramos expressões verbais estereotipadas contendo juízos, louvores ou condenações pelas quais a opinião pública, baseada nas concepções da cultura que lhe é própria, avalia a conduta do indivíduo. Essas expressões são transmitidas às novas gerações como parte da língua materna e, por meio de mecanismos psicológicos bem conhecidos, constituem ulteriormente uma força poderosa na regulação do comportamento individual. São, como é óbvio, particularmente importantes nas comunidades onde o condicionamento cultural da juventude impende não sobre órgãos especializados criados pelas instituições políticas ou religiosas mas sobre os membros do círculo familiar. Do mesmo modo que durante a Idade Média europeia, os aforismos desempenham papel fundamental no sistema educativo.

Os tribunais consuetudinários são o lugar, por excelência, para aplicação da sabedoria aforística. A parte capaz de citar em sua defesa determinado aforismo leva vantagem sobre a que se limita a argumentar. São também usados com frequência como remate concludente de qualquer discussão. Apesar da relativa indiferença manifestada pela juventude (muitos deles são baseados em antigos costumes ou em observações da vida animal que só caçadores podem ter e que, com o extermínio da caça, perderam a sua significação), ainda hoje são abundantemente usados na conversação corrente. Os auditórios negros são ainda vivamente impressionados pelos indivíduos que conhecem grande número de aforismos e sabem aplicá-los apropriadamente.

Todas estas razões nos permitem afirmar que no estudo de qualquer grupo humano organizado é tão necessário o inventário do seu equipamento material, como a definição da sua orgânica, como a obtenção de documentação linguística relativa a certos conceitos básicos destinados a satisfazer as necessidades fundamentais e comuns da vida em sociedade. O estudo da organização social de qualquer sociedade primitiva permanece inane e sem fundamento se deixarmos de relacionar entre si os diversos elementos que a compõem, com o intuito de traçar ulteriormente a sua carta orgânica. E para que tal se possa conseguir é indispensável o estudo dos aforismos como expressões cristalizadas e significativas dos valores culturais indígenas.

* * *

O termo *chitsua* designando «aforismo» é «*bingu*», que no plural faz «*mabingu*». Enigma designa-se por «*tekatekani*», sendo no plural «*titekatekani*».

Seguindo a opinião do Prof. C. M. DOKE (7), preferimos o termo «aforismo» para designar essa parte da literatura oral a que é dado o nome vernáculo de «*mabingu*». À luz do que opinam J. I. ROQUETE e JOSÉ FONSECA no seu *Dicionário dos Sinónimos, Poético e de Epítetos da Língua Portuguesa*, tal escolha parece acertada, por isso que «aforismo» é o termo de maior latitude que designa a «sentença breve e doutrinal, a máxima geral». O «adágio» é mais vulgar, singelo e claro que o «provérbio» e duma moral menos austera. Este último é também mais grave e seco. O «rifão» dá instrução por meio de alguma alegoria ou metáfora, é agudo, chistoso e muitas vezes de estilo baixo. Quanto ao «ditado», cristaliza conselhos vulgares fundados na experiência.

Não nos parece, contudo, que para o estudante das estruturas sociais indígenas possa ter qualquer importância o nome correcto por que se devam traduzir essas expressões verbais estereotipadas, de larga divulgação. É possível que, em rigor, algumas não devam, pela sua forma essencialmente discursiva, ser consideradas como aforismos e sejam, antes, expressão de simples opiniões individuais. Mas nem por isso, divulgadas como se encontram, deixam de prestar o mesmo papel do que os aforismos mais consagrados pela tradição.

Embora muito mais difícil, pareceu-nos preferível a tradução justalinear (diga-se que nem sempre rigorosa, já que pretendemos evitar deturpações de sentido), não só porque poderá ser útil ao linguísta no estudo de invulgares e importantes construções gramaticais e sintácticas, de verbos

de uso metafórico e de palavras raras preservadas pela tradição gnômica, mas principalmente porque não existe qualquer dicionário chitsua-português ou mesmo chitsua-inglês, e o único português-chitsua até hoje publicado (3) ser obra de pequena utilidade, feito, como foi, para principiantes indígenas.

Para evitarmos as divergências que notámos entre os diversos informadores quanto à verdadeira significação dos vocábulos em vernáculo, cingimo-nos exclusivamente ao excelente dicionário inglês-chitsua, de J. A. PERSSON (1). Nas formas gramaticais compostas, intraduzíveis à letra, optámos por reuni-las sobre um traço, debaixo do qual escrevemos a tradução aproximada de toda a expressão. Sempre que foi necessário completar, para sua inteligibilidade, a tradução portuguesa dos aforismos, escrevemos as palavras ou frases complementares, entre parênteses, na mesma linha. Nos casos em que se mostrou adequado, para perfeita inteligibilidade, que a tradução fosse alterada, inscrevemos, também entre parênteses, mas *sob* a tradução literal, a competente alteração. Sempre que se tornou conveniente que, para o mesmo efeito, as palavras portuguesas fossem lidas em ordem diferente, inscrevemos sobre os vocábulos uma numeração indicando essa ordem. De harmonia com a opinião de H. A. JUNOD, expressa na sua gramática tonga, não considerámos como artigos as vogais iniciais dos prefixos. Quanto ao prefixo *ku* unimo-lo à raiz unicamente no caso dos verbos empregados substantivamente. Sobre muitos substantivos escrevemos a respectiva classe.

Na ortografia dos termos vernáculos usámos as seguintes formas gráficas da Central Mission Press:

NDL — som idêntico à parte sublinhada de *pede-lhe*.

HL — som idêntico à parte sublinhada de *mexe-lhe*.

KL — explosivo, gutural-lateral.

NY — idêntico ao nosso *nh*.

N̄ — como *um* mas mais nasalado e surdo.

B — som intermediário entre *b* e *v*.

BY — idêntico ao português *bz*, com o *z* muito atenuado.

Ŝ — corresponde ao nosso *ss* (fricativo fraco).

Ž — assobiado (fricativo forte).

Y — valor de *i*, frequentemente depois de *n*, *b* e *p*.

W — valor de *u*.

CH — valor de *tch*.

X — valor de *ch*.

Em recentes edições, faz aquele organismo uso de uma ortografia mais simplificada, mas que nos parece menos científica por isso que deixa de considerar certos sons sem correspondência em português.

Observando estas regras cremos ter satisfeito as principais exigências dos linguistas, a quem pedimos sinceras desculpas por esta nossa intromissão nos seus domínios. O nosso principal intuito, mais uma vez o frisamos, foi apenas apreender o significado sociológico das expressões verbais compiladas.

Embora os símbolos fonéticos empregados sejam os que a Central Mission Press utiliza nas suas edições em chitsua, preferimos fazer referência, ao intitularmos esta modesta contribuição, não a qualquer grupo étnico ou linguístico, mas à área administrativa onde os aforismos foram recolhidos. A razão é simples: é que Homoine forma uma área de convergência de três grupos étnicos de diferentes proveniências e características culturais (Tsuas, Chopes e Bitongas) e a interpenetração cultural e linguística tem sido ali de tal modo extensa que se torna difícil apurar qual a verdadeira origem de cada um dos aforismos.

Infelizmente, não nos foi possível determinar o nome científico de todas as espécies animais e vegetais referidas nos aforismos. Sempre que tal aconteceu procurámos, no entanto, suprir essa deficiência por meio da descrição dos seus hábitos ou aparência, de harmonia com os elementos fornecidos pelos informadores.

Não deixámos de comparar, meticulosamente, a nossa colectânea com as que foram editadas em chitsua pela Central Mission Press, da autoria de ARON S. MUKHOMBO (5) e ELIAS S. MUCAMBE (4). Também nos foi de grande utilidade a consulta da compilação de algumas centenas de aforismos tongas da autoria de H. PH. JUNOD e A. A. JAKES (8). Aliás, só posteriormente tomámos conhecimento de todas estas obras.

Seria ingrato da nossa parte não fazermos referência especial, entre todos os indígenas que nos ajudaram, a Francisco Namburete e F. David Gemo, que tantas horas dispenderam connosco, auxiliando-nos a apreender as concepções que se ocultavam por detrás das expressões coleccionadas. Sem a contribuição de todos eles não nos teria sido possível elaborar este estudo, que, queremos deixar bem frisado, não tem pretensões a completo e muito menos a perfeito.